

DIMENSÕES DE PODER EM TEMPOS SOMBRIOS: ENTRE O PENSAR E O SOBREVIVER

Júlia Welbert de Miranda Santos¹

Resumo: Este texto se fundamenta em considerações sobre as relações de poder, baseadas nas contribuições de Michel Foucault. Assim, percorremos os variados tipos de poder, permeando suas manifestações através das subjetividades e discursos ligados às reflexões de Hanna Arendt sobre a banalidade do mal, e mais recentemente, às críticas de Judith Butler ao sistema neoliberal. O método utilizado consistiu na pesquisa bibliográfica dos eventos analisados pelos autores, estabelecendo um diálogo entre suas conexões históricas. Assim, o pensamento crítico é destacado como uma expressão de poder, que pode atuar tanto pela sua falta, como no caso do julgamento de Adolf Eichmann, quanto pela sua relevância como elemento pedagógico, gerando ações e interações no contexto social e ideológico.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Leitura Digital. Tecnologia.

DIMENSIONS OF POWER IN DARK TIMES: BETWEEN THINKING AND SURVIVING

Abstract: This text is based on considerations regarding power relations, drawing on the contributions of Michel Foucault. It explores various types of power, examining their manifestations through subjectivities and discourses linked to Hannah Arendt's reflections on the banality of evil, and more recently, Judith Butler's critiques of the neoliberal system. The methodology employed consisted of bibliographic research on the events analyzed by these authors, establishing a dialogue between their historical connections. Thus, critical thought is highlighted as an expression of power, which can manifest both through its absence—illustrated by the trial of Adolf Eichmann—and through its significance as a pedagogical element that generates actions and interactions within social and ideological contexts.

Keywords: Critical Thinking; Relations of Power; Subjectivities.

¹ Doutoranda -Programa de Humanidades Culturais e Artes (PPGHCA) UNIGRANRIO/ AFYA. Mestre no PPGHCA- UNIGRANRIO/ AFYA. Pós-graduada (lato sensu) em Gestão Escolar; Didática de Língua Inglesa; Literatura Brasileira e Neuropsicopedagogia. Docente de Língua Inglesa na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC); Docente de Inglês e Literatura no Sistema PEC de Ensino; Docente no Município de Queimados; Elaboradora de conteúdos em apostilas para preparatórios- vestibulares e militares -Editora Prosper e PEC; Tutora do CEDERJ em Português e Inglês; Enfoque nas pesquisas voltadas aos Letramentos Críticos, especialmente no ensino de Inglês.

Introdução

As relações históricas são complexas e não podem ser entendidas de maneira linear ou simplista, pois eventos do passado influenciam significativamente o presente. A causalidade linear falha em capturar essa complexidade, que se manifesta na intersecção entre passado e presente, conforme argumentou Hannah Arendt (1961). Em consonância com Arendt, este artigo reflete sobre a condição humana, enfatizando a singularidade do indivíduo dentro da coletividade e a necessidade de resgatar a dignidade do pensamento e da política. Essa análise considera ainda as particularidades das subjetividades, que moldam escolhas éticas relacionadas à liberdade e responsabilidade, além de suas conexões atemporais com preconceitos e violências.

A abordagem deste artigo se alinha às dimensões de poder discutidas por Michel Foucault (1979), que sustenta que o poder não está fixo em indivíduos ou lugares, mas se manifesta em contextos temporais e espaciais específicos. Foucault propõe que os eventos históricos devem ser avaliados em suas dimensões temporais e espaciais, revelando como as relações de poder se entrelaçam com o biopoder e a sociedade disciplinar. Suas contribuições enriqueceram o vocabulário crítico de diversas correntes do século XX, superando as concepções clássicas anteriores.

No início do século XXI, Judith Butler (2004) aprofunda essas questões e critica o neoliberalismo. Este artigo conecta a urgência do pensamento crítico ao atual cenário (bio)político, onde se intensifica a produção de vidas consideradas abjetas, evidenciando a divisão entre vidas dignas e descartáveis. A categoria do refugiado exemplifica essa polarização política e os preconceitos sociais, raciais e de gênero que podem ser tanto manifestados em fronteiras geopolíticas, quanto ocultados por ideologias. Butler compartilha com Arendt a necessidade de des/reconstruir categorias que aprisionam ou ignoram aqueles que mais necessitam da condição humana.

1. Percepções de poder em Foucault

Refletir sobre o conceito de poder envolve uma análise multifacetada que não se encerra em si mesma. A origem da palavra, proveniente do latim vulgar *potere*, substituindo o latim clássico *posse*, revela sua conexão com a ideia de “ser capaz” ou “autoridade”. Essa raiz etimológica relaciona-se a ações que expressam força, persuasão e controle. No dicionário Aurélio de língua portuguesa, o termo é definido por sinônimos

como “ter a faculdade ou o direito de determinar algo” e “dispor de força ou autoridade” (Ferreira, 2001).

Conforme Blackburn (1997), na filosofia, o poder é entendido como a habilidade de atingir metas, seja por meio de direito, controle ou influência, englobando tanto o contexto social individual quanto o coletivo. Esta definição enfatiza o envolvimento de forças econômicas, sociais ou políticas para alcançar um objetivo.

Neste artigo, destacamos o pensamento de Michel Foucault (1979), que apresenta uma visão inovadora acerca do poder. Ele acredita que o poder vai além de uma teoria ou um conceito definido; trata-se de uma rede de interações onde os indivíduos exercem influência uns sobre os outros. Foucault defende que a autoridade não se encontra em instituições ou é transferida por acordos jurídicos ou políticos. Em vez disso, ele deve ser compreendido em suas expressões mais sutis, juntamente com as normas que o organizam.

Assim, o poder torna-se um fenômeno disseminado na vida cotidiana. Foucault também analisa como as sociedades disciplinares exercem poder através do confinamento dos corpos e da vigilância. Em sua obra *Vigiar e Punir* (2008), ele investiga a evolução da legislação penal e os métodos coercitivos utilizados pelo Estado. Os dispositivos de vigilância e punição são apresentados como fundamentais para a justificação do poder e a domesticação dos indivíduos na sociedade.

Foucault, ao contrário da perspectiva convencional do poder repressivo, sugere que ele é positivo, pois permite o surgimento de subjetividades - comportamentos e estilos de vida. Ele identifica duas tecnologias de poder: uma focada no indivíduo e outra na comunidade. A primeira se concentra nos processos disciplinares que tornam os corpos úteis e dóceis; a segunda trata dos processos biológicos que controlam a vida coletiva. Em síntese, o conceito de poder é complexo, englobando não somente a habilidade de agir ou se sobrepor a outros, mas também as dinâmicas sutis que permeiam as relações sociais e institucionais. A análise do poder ainda é pertinente nos debates atuais sobre política e sociedade (Foucault, 1999).

2. Tempos sombrios: disciplinados pelo poder ou ausência do poder de pensar?

Um dos traços distintivos do século XX foi uma perspectiva educacional fundamentada na ideia de que podemos regular e modelar o comportamento humano.

Segundo a teoria do Behaviorismo, proposta pelo norte-americano Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), o comportamento do indivíduo influencia o mundo, seja de forma positiva ou negativa. Portanto, não se pode submeter passivamente ao ambiente, já que ambos não estão apenas inseridos no mundo, mas reagem de modo peculiar ao que já vivenciaram, seja de maneira objetiva ou subjetiva, ao longo de suas vidas.

A constatação de Skinner indica a presença de reforços que podem ser tanto positivos, quanto negativos no ambiente. Assim, tais elementos permitem alterações no comportamento dos indivíduos, sendo conhecidos como reforçadores. O reforço positivo incentiva a continuidade do comportamento, enquanto o negativo reforça a interrupção dele. Como consequência dessa visão, uma das expressões mais frequentes de atitude tecnológica é a convicção de que a Educação é um instrumento capaz de capacitar as pessoas, por meio da disseminação de conhecimentos e competências, com o intuito de atingir metas estabelecidas, tais como a qualificação profissional, o aprimoramento moral, a educação para a cidadania, a adaptação ao ambiente, entre outros.

Uma das problemáticas que se instauram a partir dessa perspectiva é que é possível atender aos interesses da sociedade, ou seja, qualificar para o trabalho, para a tecnologia, para a cidadania global, bem como, se pode colaborar para que barbáries possam acontecer. O que mais inquietou pesquisadores, juristas e o público em geral, quando dos processos contra nazistas era que se tratava de pessoas ditas civilizadas, que se enquadravam como pacíficas, que valorizavam a moralidade e, indubitavelmente, altamente eram qualificados tecnologicamente (ARENDT, 1999).

Nesse sentido, o pensamento de Hanna Arendt (1999) oferece uma visão inovadora sobre a ação cruel que resultou no holocausto de uma grande parcela da comunidade judaica. Esse conceito foi criado ao assistir ao julgamento de Adolf Eichmann, responsável por um conjunto de diretrizes destinadas à aniquilação dos judeus, nascidos ou residentes na Alemanha nazista. Portanto, Arendt destaca as relações repetitivas e de subordinação, marcadas pelas responsabilidades burocráticas de Eichmann, que restringiam sua habilidade de raciocínio e, simultaneamente, sua colaboração na barbárie nazista. Assim, o poder pode ser interpretado como uma ação sobre ações. É importante destacar que o livro *Eichmann em Jerusalém*, de Hanna Arendt (1999), é um relato do processo e do julgamento de Eichmann, ocorrido em Jerusalém.

Durante o julgamento, Hannah Arendt percebeu que ele não era um monstro sádico, mas um homem comum, medíocre, que cumpria ordens sem refletir criticamente sobre as consequências de seus atos. O que atraía a pesquisadora era a normalidade, o fato de que ele era um indivíduo comum, que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e continuam sendo assustadoramente normais. A premissa da escritora rejeitou toda e qualquer interpretação do nazismo que fosse baseada no comportamento moral dos indivíduos ou da sociedade germânica. Desta forma, houve a negação de qualquer ontologia ou patologia como teorias explicativas para o mal cometido.

O quesito disciplina já analisado por Foucault discorre sobre as relações de poder postas, seja pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela mesma: “mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (Foucault, 2008, p.149). É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que expressem comando e comandados.

Há alguns anos, em relato sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, mencionei a banalidade do mal. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade. (Arendt, 1999, p. 145)

O conceito da banalidade do mal tornou-se um dos mais conhecidos de Arendt devido à percepção do mal praticado pelo nazismo, que além de promover a barbárie, era banalizado, burocrático e ao mesmo tempo sistemático. É importante salientar que o conceito de banalidade não se refere a algo sem relevância ou algo habitualmente normal para Arendt, mas sim a algo que está ocupando o lugar do que é habitual. Um ato de maldade se torna banal não por ser habitual, mas por ser experimentado como se fosse normal. A banalidade não é normalidade, mas passa-se por ela, ocupa indevidamente o lugar da normalidade.

A tese da banalidade do mal é uma tese complexa, especialmente por seu caráter performativo. Quem se depara com ela deve realizar uma autoanálise, analisar sua consciência com base em suas particularidades em relação à comunidade e, especialmente, enquanto integrante da condição humana. Portanto, este conceito se manifesta na mediocridade da falta de pensamento, e não exatamente no anseio ou planejamento do mal, personificado e alinhado ao viés religioso/demônio. Ao extremismo, não falta apenas alteridade, a habilidade de se colocar na posição do outro, mas também a ausência do pensar.

Considerando que possuir conhecimento não implica necessariamente em pensar, no contexto do nazismo alemão, o elevado grau de instrução de uma vasta parcela da sociedade e as mais avançadas especulações filosóficas sobre ética e moral não conseguiram deter a barbárie que se estabeleceu. A constatação é que a maioria da sociedade alemã apoiava o nacional-socialismo: “A situação era tão simples quanto desesperadora: a vasta maioria dos alemães apoiava Hitler”(Arendt, 1999, p. 114), independentemente do quão bem instruída e moralmente preparada fosse essa sociedade.

Dito isso, pensar é arriscado e educar para a reflexão faz da educação um grande risco. Ademais, a qualidade de uma educação não se mede apenas através de testes e exames, nem pela uniformização de comportamentos moralmente aceitáveis. Existe um perigo terrível que todos os professores devem estar cientes: o de que a educação não seja capaz de estimular o pensamento, mas sim uma oportunidade para uma prática pautada pelo pensamento. Isso significa uma educação crítica para os alunos, assim como uma formação crítica e contínua e aos docentes.

3. Discursos de poder: entre pensamento e Linguagem

Arendt destaca aspectos específicos sobre a linguagem, a dificuldade de se expressar de forma espontânea e os clichês utilizados pelo oficial Eichmann. Para ela:

clichês, frases feitas, adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados têm função socialmente reconhecida de nos proteger da realidade, ou seja, da exigência do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera existência. Se respondêssemos todo tempo a esta exigência, logo estaríamos exaustos; Eichmann se distinguia do comum dos homens unicamente porque ele, como ficava evidente, nunca havia tomado conhecimento de tal exigência. (ARENDT, 1999, p. 6)

Isso porque o acusado, no tribunal, apresenta um repertório limitado que restringe a habilidade de argumentar, promovendo a incomunicabilidade com os outros. Na perspectiva de Butler (1997), ao mencionar o “referente”, sugere-se que ele representa uma ação que o performer invoca e da qual ele participa. Uma “técnica repetida e citada através da qual o discurso gera o efeito que denomina”. Não apenas uma ação, mas um poder do discurso. A “falha” do *performer* e sua citacionalidade possibilitam a subversão, possibilitando a intervenção do indivíduo que o recebe e o reinscreve. Eichmann não ocultava suas limitações linguísticas: “Minha única língua é o oficialês” (Arendt, 1999, p. 61).

Em outras palavras, o perfil acrítico se evidenciava pela repetição de demandas que o conduziam ao mecanicismo, tanto verbalmente quanto por escrito, por meio de sentenças pré-concebidas geradas por raciocínio dedutivo. Por meio do caso Eichmann, confirma-se “o ensinamento da temível banalidade do mal, que desafia as palavras e o pensamento” (idem, p. 274). A autora se perturba com o desencontro do oficial burocrata com a realidade, que, mesmo com sua conduta exemplar, demonstra a falta de pensamento crítico em meio à barbárie nazista.

O mal banal pode ser realizado por um indivíduo comum, que, ao obedecer ordens, não pondera, não reflete. Eichmann foi retratado por Arendt como um indivíduo possuído pelo “vazio do pensamento”, uma pessoa que não refletia, apenas repetia clichês e não conseguia realizar um exame de consciência. Eichmann não era diferente de qualquer pessoa, era um simples burocrata que recebia ordens e que corroborava para o funcionamento do sistema, do mesmo modo que cada indivíduo pode fazê-lo ao se ausentar da reflexão e da capacidade de discernimento e julgamento, assim seguindo tão somente as tendências dominantes como seres alienados.

Este mundo, paradoxalmente cada vez mais interconectado, mas também repleto de fronteiras físicas e ideológicas que provocam divisões na vida humana, simboliza o progresso da biopolítica. Neste contexto complexo, é relevante o pensamento de Foucault acerca do biopoder, uma técnica de poder que visa estabelecer um estado de vida em uma população específica para gerar corpos economicamente produtivos e politicamente passivos. Portanto, a dimensão biopolítica engloba a forma como se procurou racionalizar

os desafios impostos à prática governamental pelos fenômenos inerentes a um grupo de pessoas enquanto população.

4. Considerações finais

A partir do debate aqui apresentado seria válido questionar o papel crucial do pensamento crítico em tempos obscuros, e como ele poderia auxiliar na compreensão e superação dos desafios que surgem. Ao examinar os horrores do século XX causados pelo nazismo, Arendt chama a atenção para o fato de que a burocracia, embora essencial, pode levar à massificação de ações, o que, de certa maneira, pode dificultar a reflexão e a promoção de indivíduos mais fraternos.

O pensamento crítico é essencial para uma educação mais humana, mesmo que a prevenção da barbárie não possa ser quantificada nem seja exclusiva de uma instituição ou de profissionais competentes, simplesmente porque a barbárie já existiu e continua existindo. Supõe-se que táticas de resistência podem auxiliar na superação da barbárie se as circunstâncias forem enfrentadas sem a inocência obtusa que pensa que as grandes tragédias já ocorreram.

É imprescindível compreender as dimensões do poder, destacadas por Foucault, que se manifestam nas práticas dos estados contemporâneos e na regulação dos indivíduos submetidos a ele através de métodos para conseguir a subjugação dos corpos e o domínio de populações. Portanto, críticas ao biopoder atual que impõem limites entre as vidas que devem ser ou não vividas.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, onde a banalidade do mal, conforme Arendt aponta, se expressa em diversas formas de preconceito, seja racial ou de gênero, corrupção institucionalizada, consumismo excessivo e assassinatos diários, dar prioridade ao pensamento crítico no exercício da docência é realmente um ato de poder!

5. Referências

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo. 13ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Trad. de Mauro Barbosa. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUTLER, J. 1997. **Excitable Speech: a politics of the performative**. New York, Routledge, 217 p.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** - um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Muller Xavier; revisão técnica de Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SKINNER, J. B. (1982). **Sobre o behaviorismo**. São Paulo, Cultrix/Edusp.

SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. **Dicionário de Política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WATSON, David. **Hannah Arendt**. Trad. Luiz Antonio Aguiar e Marisa Sobral. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Por amor ao mundo**: a vida e a obra de Hannah Arendt. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.